

Nayane Gama de Lima

**A LEI 10.639/2003 E UMA SUGESTÃO PARA SUA APLICABILIDADE NO
AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenadoria do Curso Superior de
Licenciatura em Letras-Português como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Letras-Português.

Aprovado em 09 de abril de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Michelly Cristina Alves Lopes
Prof. Michelly Cristina Alves Lopes
Instituto Federal do Espírito Santo
Orientador

Michelly Cristina Alves Lopes
Prof. Fabrícia Bittencourt Pazinato
Instituto Federal do Espírito Santo
Examinador externo

Michelly Cristina Alves Lopes
Prof. Sheila Ribeiro Jacob
Colégio Pedro II
Examinador externo

A LEI 10.639/2003 E UMA SUGESTÃO PARA SUA APLICABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Nayane Gama de Lima¹

Michelly Cristina Alves Lopes²

RESUMO

Os currículos escolares durante muito tempo estiveram voltados a representar e a valorizar a história e a cultura eurocêntrica. Os livros didáticos e a literatura brasileira não se desvencilharam dessa ideologia, como resultado há uma lacuna, um vazio na divulgação e no acesso da história e da cultura da etnia negra e, com isso, há também a dificuldade em se identificar como um cidadão preto. É diante desse cenário que o Movimento Negro brasileiro surge, com o objetivo de combater a desigualdade racial. A aprovação da lei 10.639/2003 é fruto das constantes lutas desse movimento, os militantes conquistaram a obrigatoriedade de se ensinar em escolas públicas e privadas, no Ensino Fundamental e Médio, a história e a cultura dos povos afro-brasileiros e africanos. Entretanto, ainda é preciso vencer os vários obstáculos que dificultam a aplicação da lei nos ambientes escolares. Diante disso, o intuito deste artigo é refletir sobre as dificuldades que impedem a efetivação da lei dentro de vários ambientes escolares, principalmente em relação à Literatura afro-brasileira, e propor uma sequência didática para auxiliar os docentes de Língua Portuguesa que lecionam para o sexto ano do ensino fundamental. Assim, os pensadores Nilma Lino Gomes (2019), Lilia Ferreira Lobo (2015) e Kabengele Munanga (1990) foram referências teóricas neste estudo.

Palavras-chave: Currículos escolares; Movimento Negro brasileiro; Lei 10.639/2003; Sequência didática.

1 INTRODUÇÃO

A lei 10.639/2003 torna obrigatório o ensino da história e cultura do povo afro-brasileiro e africano nos Ensinos Fundamental e Médio de escolas públicas e privadas, sendo assim é um aparato essencial que contribui para a descolonização dos currículos escolares brasileiros. Durante muito tempo a instituição escolar estava montada para garantir que apenas a história e a cultura dos povos europeus fossem propagadas. No entanto, com a aprovação da lei esse cenário está se modificando.

¹ Graduanda do Curso Letras/Português do Instituto Federal do Espírito Santo- IFES- Campus Vitória. E-mail: nayanegama.limas2@gmail.com

² Doutoranda em Letras (PPGL) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo. Licenciada em Letras/Português pelo Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Vitória. E-mail: michellyalveslopes@gmail.com

Foi árduo o percurso traçado pela população brasileira até a conquista desta lei. A luta do Movimento Negro foi (e ainda é) intensa, visto que a sociedade racista, intencionalmente negou ao povo brasileiro o conhecimento sobre a suas origens e sua própria história, forjou uma representação negativa do povo negro nos livros didáticos e na literatura, propagou a ideologia do embranquecimento que tem por principal objetivo aniquilar o povo negro. De acordo com Kabengele Munanga, no texto “Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades”, publicado no ano de 1990, o negro se familiarizou com o retrato negativo de si e acabou internalizando esse retrato, e isso o levou a uma alienação total (MUNANGA, 1990).

A lei contribui para a construção de um novo paradigma para a população negra, pois o conhecimento permite dismantelar a ignorância que gera o preconceito. Assim, com o intuito de analisar a aplicabilidade da lei 10.639/2003 dentro das escolas, o estudo tem por finalidade pensar como os cursos de licenciatura em Letras-Português preparam os futuros docentes para trabalharem com a temática das relações étnico-raciais em sala de aula. Aos profissionais já formados, é oferecido cursos de capacitação que os possibilite tomar conhecimento sobre a História e a cultura do povo afro-brasileiro e africano. Por fim, propomos uma sequência didática em que trabalhamos as questões étnico-raciais através da literatura afro-brasileira.

2 A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS E NA LITERATURA

A cultura europeia exerceu grande influência na formação da nação, nos hábitos e costumes da sociedade brasileira. As tradições cristãs, que ainda hoje são dominantes no Brasil, regem as normas de conduta, estabelecendo o que é certo e o que é errado na postura dos cidadãos. O modelo econômico capitalista também é fruto das heranças europeias, no qual consiste na propriedade privada e na hierarquização das relações sociais. Outra herança é o idioma português, trazido pelos colonizadores, que se tornou a língua oficial dos brasileiros. Diante disso, os currículos das escolas brasileiras sempre estiveram pautados na representação e na valorização da história e cultura eurocêntrica.

Nas academias, nos bancos universitários, os intelectuais mais estudados são, em sua maioria, homens brancos, de prestígio social e de origem europeia, como Friedrich Nietzsche, Georg Hegel, René Descartes entre outros. Os intelectuais afro-brasileiros e de origem africana quase não são divulgados, assim, os estudantes pouco ou nada sabem sobre esses pensadores. Nas histórias infanto-juvenis e nos livros didáticos quase não há personagens

negros, como príncipes e princesas³. E quando há, eles são representados de forma negativa, como escravos, ladrões e preguiçosos. Maria Cristina Soares de Gouvêa, no artigo “Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica”, publicado em 2005, faz uma análise histórica da ausência até o surgimento do personagem negro nas obras literárias infantis. Em 1920 começa a surgir nas narrativas infantis o personagem negro, contudo é na década de 1930 que eles aparecem com mais frequência. Nesse período histórico, o Brasil vivia um momento de transformação cultural, em que se buscavam uma identidade, uma valorização das raízes culturais e raciais. Assim, abre-se um espaço para a representação do negro na literatura infantil.

De acordo com Gouvêa (2005), nas obras analisadas entre os anos de 1900 e 1920 o negro quase não era retratado, e quando era, estava ali presente nas narrativas como parte da cena doméstica. Mesmo quando essa presença se tornou mais constante, ainda assim vinha carregada de um estereótipo que não representava o preto em sua totalidade: “Tais histórias eram representadas como carregadas de valor afetivo, contadas por pretas velhas, associadas à ingenuidade, ao primitivismo, apresentando uma estereotipia e simplificação características” (GOUVÊA, 2005, p. 84). A literatura voltada para o grupo infanto-juvenil não escapou da ideologia da cultura dominante, em que consiste em valorizar a cultura europeia e inferiorizar as outras.

O livro *Reinações de Narizinho*, clássico da literatura infanto-juvenil, do escritor brasileiro Monteiro Lobato, é uma exemplificação dessas afirmativas, pois narra uma representação totalmente negativa do povo negro, deste modo, o consideramos uma obra racista. A personagem tia Nastácia é uma mulher negra que é descrita de forma inferiorizada, na maioria das vezes, aparece em cena exercendo alguma tarefa da casa, passando, lavando ou cozinhando, ou seja, é ela quem serve as pessoas brancas que moram no sítio, exercendo o papel de submissa, de serviçal, algo herdado da escravidão. Como empregada do lar, cabe a Tia Nastácia cuidar de tudo e de todos. Além disso, suas características físicas, seus traços são colocados de forma animalizada e exótica. Como consta no livro *Reinações de Narizinho (1960)*: “A negra apareceu na sala, enxugando as mãos no avental. — Que é, sinhá? — perguntou. — A boneca de Narizinho está falando!... A boa negra deu uma risada gostosa, com a beicaria inteira” (LOBATO, 1960, p. 19).

Quando o mesmo termo, beijo, é utilizado para fazer referência aos lábios de uma personagem branca acontece certa repreensão, pois para fazer menção a uma característica

³ As primeiras obras da literatura infantil que trouxeram personagens negras como protagonistas foram; *A menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado e *O menino marrom* de Ziraldo, ambos de 1986.

física de pessoas de etnias diferentes certas expressões são aprovadas ou não. Em um diálogo entre as personagens Emília, a boneca de pano, e Narizinho, a dona da boneca, a palavra beijo foi utilizada por aquela, fazendo alusão aos lábios de sua dona, “É, mas você comeu-a com espinho e tudo e até lambeu os beijos” (LOBATO, 1960, p. 28). Contudo, Narizinho não gostou da expressão e repreendeu a boneca: “— Lábios, aliás. Beijo é de boi. Comi porque quis, sabe? Não tenho que dar satisfações a ninguém, ahn! — e Narizinho pôs-lhe a língua” (LOBATO, 1960, p. 28). Isto posto, nota-se que expressões que descreve a fisionomia de um animal é repreendido pela personagem branca do livro, esse termo não pode ser utilizado para fazer referência a seus traços, entretanto, é utilizado várias vezes no decorrer da narrativa para fazer menção aos lábios da personagem negra, Tia Nastácia.

A primeira referência que é dada ao leitor sobre tia Nastácia é que ela é a negra de estimação dos moradores daquele sítio, a personagem não é posta como uma pessoa, um ser humano igual aos brancos. Ela está à margem naquela hierarquia social, sendo, pois, inferior a eles. Nastácia é animalizada, pois é descrita como um indivíduo de estimação que habita naquele ambiente, e não um ser humano que ali convive: “Na casa ainda existem duas pessoas — tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequena, e Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo” (LOBATO, 1960, p. 2).

A literatura voltada para o público adulto também não fugiu muito dessa representação negativa da cultura africana e afro-brasileira. Regina Dalcastagné, na obra “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004”, publicada em 2005, fez uma pesquisa das características físicas, social e econômica das personagens do romance brasileiro contemporâneo publicado entre os anos de 1990 e 2004, por três editoras brasileiras. Companhia das Letras, Record e Rocco. Constatou-se que 79,8% das personagens são de cor branca, 7,9% são negras e 6,1% são mestiças. Essa baixa representatividade dos grupos minoritários nas obras literárias não condiz com a real diversidade étnica presente no Brasil. A forma em que eles são representados na narrativa é na maioria em papel secundário, pois os negro e mestiços correspondem a 5,8% dos protagonistas, enquanto os personagens brancos são 84,5%. Além disso, este grupo representa 15,5% dos personagens pobres, já os negros são 73,5% dos personagens pobres, e os personagens mestiços pobres são 52,6% (DALCASTAGNÈ, 2005).

Essas representações negativas do povo negro contribuem para perpetuação da mentalidade presente na sociedade brasileira, tanto entre brancos quanto entre os próprios pretos, que acredita que o que é de origem africana é ruim, é inferior. Esse pensamento preconceituoso e racista acaba negando à sociedade o acesso à História e à cultura dos povos

afro-brasileiros e africanos. O desconhecimento perpetuado pela ignorância acaba dificultando a construção da identidade dos povos negros, que encontram vários empecilhos para criarem laços afetivos com sua etnia. O que se divulga é que a cultura e a etnia europeia são as melhores, as mais bonitas, sendo então a única permitida a ser assimilada pela população.

2.1 Processo de embranquecimento

O receio em se reconhecer como negro contribui para o processo de embranquecimento, que ganha força ideológica na sociedade. As pessoas tentam negar seus traços corpóreos, como alisar o cabelo, afinar seus lábios e nariz, além de se sentirem inseguros para praticarem rituais religiosos de origem africana. Assim, o indivíduo assume uma identidade em que ela possa ser aceita na sociedade, ou seja, veste uma máscara que não condiz com a sua verdadeira etnia (FANON, 2008). Na tentativa de eliminar a diferença o negro “[...] assemelhar-se ao branco, trocando a pele física, cultural e intelectualmente” (MUNANGA, 1990, p. 111).

Segundo Franz Fanon, em sua obra *Pele negra, máscaras brancas*, publicado em 1952, o sentimento de inferioridade é projetado na psique do homem e da mulher negra, o que leva muitos deles recorrerem a um processo de embranquecimento e essa ideologia de branqueamento tem a intenção de aniquilar o corpo, a cultura e a psique do povo negro.

Esse processo também acontece nas relações inter-raciais, na crença de tornar a população mais branca muitos indivíduos são levados, de forma consciente e inconsciente, a ter filhos com pessoas de pele clara. Influenciados pela questão estética, pois o padrão de beleza é o branco, e pela questão do privilégio social, porque os brancos são considerados pertencentes a uma hierarquia social superior, muitas pessoas negras desejam ter filhos com pessoas brancas.

No século XIX começa a ser divulgada a noção de raça no Brasil. Os estudos do biólogo Charles Darwin, que desenvolveu a teoria que explica a evolução das espécies, foi uma fonte teórica inspirada para desenvolver o darwinismo social, que justificava, por meio da evolução, a inferioridade e a superioridade das raças (LOBO, 2015). É nesse contexto que o racismo científico surge, com o intuito de justificar, por meio da ciência, a dominação política, econômica e social das elites (brancos) sobre as classes dominadas (negros e indígenas). Alguns pensadores, como o ensaísta francês Arthur de Gobineau e o médico italiano Cesare Lombroso defenderam o racismo científico (SILVA *et al*, 2013).

É diante desse cenário que a elite se preocupou em “melhorar” a raça brasileira, já que havia um grande número de pessoas negras e mestiças. O suíço Luiz Agassiz, naturalista que realizou uma expedição científica pelo Brasil no ano de 1865-1866, fez um registro sobre a mestiçagem nesse território, afirmando que o mestiço, fruto da promiscuidade da mistura das três raças, branca, amarela e negra, é uma classe de indivíduos em que as qualidades boas, físicas e mentais, da raça pura, a branca, desapareciam. Os híbridos herdavam apenas as qualidades primitivas das outras raças não brancas (LOBO, 2015).

Desse modo, alguns intelectuais, como o médico e antropólogo Nina Rodrigues e o jurista e historiador Oliveira Vianna, defenderam o branqueamento da sociedade brasileira, para que esta pudesse se tornar parecida com a sociedade europeia (SILVA *et al*, 2013). Essa política de branqueamento foi discursada no I Congresso Internacional das Raças, pelo diretor do museu nacional em 1911, João Batista Lacerda. Segundo ele, em cem anos a sociedade brasileira alcançaria o embranquecimento, e para que isso acontecesse seria importante incentivar a imigração dos povos europeus (LOBO, 2015).

A diversidade étnica é presente no Brasil, país formado pela junção de diversos povos, os nativos, os europeus e os africanos, e posteriormente, entre o final do século XIX e início do século XX, pelos vários povos, de diversas partes do mundo, que imigraram para o território brasileiro. A diversidade étnica e cultural percorre toda a pátria brasileira, contudo, o respeito e a valorização a essa diversidade não é um hábito muito presente. A etnia e a cultura europeia são dominantes, sendo consideradas o padrão a ser seguido e desejado, enquanto todos os *outros* têm que se adequar a ela. As etnias indígenas e africanas são vistas como inferiores, o que coloca esses grupos étnicos à margem da sociedade, tendo muito de seus direitos violados e negados pela etnia dominante.

3 A IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA NO BRASIL

Diante das desigualdades raciais que permeiam nossa sociedade, é verossímil inferir que a democracia racial no Brasil é um mito, assunto que Amílcar Araújo Pereira aborda em seu artigo “A lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela ‘reavaliação do papel do negro na história do Brasil’”, publicado em 2011. O autor discorre sobre o Movimento Negro Unificado (MNU), que foi criado em 1978, em São Paulo. Os militantes em um ato público, que ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 7 de julho de 1978 e tinha por objetivo lançar o MNU, divulgaram uma “Carta Aberta à População” em que os documentos continham frases como “por uma verdadeira democracia racial”, “por uma

autêntica democracia racial” (PEREIRA, 2011, p. 37). Esse movimento denunciou para a sociedade que no Brasil não existia, e ainda não existe, a democracia racial.

Na década de 1930, o Brasil vivia a busca da construção de uma identidade nacional que valorizasse todas as raças, nesse contexto Gilberto Freyre defende a tese de que pelo fato de o Brasil ser um país miscigenado possibilitaria o convívio harmonioso entre as raças, não acontecendo assim discriminação e segregação racial (FREYRE, 2003). Essa tese nega os vários conflitos existentes na sociedade brasileira, que são gerados pela desigualdade racial. Além disso, contribui para incentivar e propagar o mito da democracia racial, invalidando assim as lutas do povo negro, pois a partir do pressuposto de que há uma democracia racial não é preciso haver movimentos políticos lutando por melhorias para as minorias.

Lutando contra a farsa da democracia racial que foi amplamente divulgada, o Movimento Negro assumiu como bandeira política a luta contra esse mito. A professora Nilma Lino Gomes define o Movimento negro como: “[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (GOMES, 2019, p. 23).

O preconceito e a discriminação perpassam por vários setores da sociedade brasileira e o ambiente escolar não está isento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN (BRASIL, 1998), defendem que a escola deve ser um lugar em que propicie o aprendizado da igualdade como um ato de cidadania, e a diversidade como um direito.

As discussões em torno do papel da educação sobre os assuntos étnico-raciais vêm ganhando destaque no Brasil. O professor e toda a equipe pedagógica não podem ignorar esse assunto que é de extrema importância, visto que os atos de discriminação e de injúria racial também acontecem nas escolas. Assim, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destacam que:

Precisa o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (BRASIL, 2013, p. 18).

Os grupos do Movimento Negro, que ganharam notoriedade no século XX, conquistaram muitos direitos para a comunidade afro-brasileira. De acordo com Gomes (2019, p. 42), ele foi o principal mediador entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a Universidade. Como fruto dessa mediação os primeiros estudos sobre

preconceitos e estereótipos raciais em livros didáticos teve início no Brasil em 1950, conforme discorrem os autores, Cássio dos Santos Tomaim e Valquiria R. Reis Tomaim no artigo “O professor e as relações étnico-raciais: os desafios e as contribuições da lei nº 10.639/2003”, publicado em 2017. Essa foi uma iniciativa muito importante, pois é preciso rever e denunciar as formas como o povo negro é representado nas enciclopédias.

As representações negativas da etnia africana vêm mudando ao longo dos anos, graças as constantes lutas e reivindicações do Movimento Negro, que no ano de 2003 conquistou a implementação da lei 10.639 que foi sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A referida lei torna obrigatório o ensino da História e da Cultura do povo afro-brasileiro e africano nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, de rede pública e privada.

A conquista foi de grande valia, visto que a população brasileira é composta por um grande número de pessoas pretas e pardas. Segundo dados de pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), retirado da reportagem de Daniel Silveira no site do G1 Globo, em 2018 o número de pessoas que se autodeclararam pretas foram 19,2 milhões, isso corresponde a 4,7 milhões a mais do que no ano de 2012. Os números de pessoas que se declaram pardas também cresceram, correspondendo a 96,7 milhões em 2018. Em tal caso é necessário garantir a essa população o direito de acesso ao conhecimento sobre a história e a cultura do grupo étnico que faz parte do Brasil.

A escola deve ser um ambiente que propicie aos seus estudantes a oportunidade de conhecer a história de seu país. O Brasil não é uma nação constituída apenas pelos povos europeus, mas também por outras etnias. Isto posto, os discentes precisam conhecer a história e a cultura dos outros povos que contribuíram para a formação desse país. E o professor tem a função de ofertar tal conhecimento aos seus alunos, exercendo assim o papel de mediador e de um ser político-pedagógico.

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, destacou a não neutralidade do ensino e prática política presente nele. “O que eu quero dizer é que a prática educativa é também uma prática política. Fazendo-se educação, necessariamente, se faz política. Faz parte da natureza do ser, da prática educativa e docente, a natureza política da educação” (FREIRE, 2014, p. 104). Assim sendo, ao negar ao aluno o acesso ao conhecimento sobre a história e a cultura de sua etnia, a escola e o corpo docente estão contribuindo para a propagação da ideologia dominante, que discursa sobre a superioridade eurocêntrica. No entanto, ao oferecer ao discente o conteúdo sobre as etnias minoritárias, o que é um direito deste, o professor está indo de encontro aos interesses da classe dominante. Exposto que a educação não é neutra, o

educador exerce um ato político em suas práticas pedagógicas, seja a favor da classe dominante ou a favor das minorias.

4 AS DIFICULDADES DA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO ENSINO REGULAR

A aprovação da lei 10.639/03 representa uma vitória significativa para a sociedade brasileira, pois devido a ela a temática sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana devem ser trabalhadas em salas de aulas. A referida lei ordena que:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2003, p.01)

Ofertar aos estudantes brasileiros de escolas públicas e privadas o acesso aos conhecimentos sobre o povo africano é uma forma de combater o racismo existente no Brasil. A falta de conhecimento ou a oferta de uma educação alienante não contribuem para o aluno ascender da transitividade ingênua para a transitividade crítica. A escola precisa ser um ambiente que capacite os discentes a criticar o *status quo*, e para isso é preciso fornecer a eles uma educação crítica, emancipatória e libertadora (FREIRE, 1967). Assim, munidos de uma educação que os capacite pensar de forma crítica e não alienada, é possível acontecer mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais da sociedade brasileira.

Desse modo, para que a escola possa ser um lugar propício para se combater o racismo é importante analisar o currículo escolar. Este vem passando por transformações, mas ainda está muito voltado a valorizar a cultura etnocêntrica, assim sendo a cultura e a ideologia da classe dominante é posta como padrão. O currículo tem por objetivo instruir e moldar a sociedade, por isso ele é pensado e criado com o intuito de atender as necessidades da maioria. Segundo Silva, "O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante" (SILVA, 2010, p. 35).

A lei contribui para quebrar paradigmas, uma vez que o currículo escolar não estará voltado apenas a valorizar uma classe, mas terá a obrigação de atender os grupos que estão à margem da sociedade. Os pontos positivos sobre a aprovação da lei são aparentes, contudo, é preciso enegrecer as dificuldades encontradas no ambiente escolar para a aplicação da referida lei no ensino regular.

As dificuldades se iniciam na formação dos professores, muitos cursos de licenciatura não preparam os futuros docentes para trabalhar sobre a temática. Alguns cursos já oferecem

disciplinas optativas que versam sobre os conteúdos do povo afro-brasileiro e africano, assim alguns alunos têm acesso a essas fontes em sua formação, outros não. Por isso, faz-se necessário repensar a forma em que essas disciplinas são ofertadas, pois todos os professores, de acordo com a lei 10.639/03, possuem a obrigação de ministrar essa temática em sala de aula, inclusive os professores de Língua Portuguesa. Diante disso, a faculdade Fatum Educação em Curitiba oferta aos seus discentes a disciplina de Literatura afro-brasileira e dos povos indígenas, que faz parte da grade curricular da Instituição. As Universidades e Faculdades do Brasil precisam repensar a oferta das disciplinas que abordam assunto sobre as temáticas das minorias, visto que todos os docentes precisam estar habilitados, preparados para acessar as salas de aulas munidos do conhecimento que há muito tempo foi negligenciado.

Sem instrução acadêmica adequada, sem possuir conhecimentos, sem fontes teóricas sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, o professor não tem bagagem material, intelectual, ficando sem condições para abordar essa temática em sala de aula. Concluir a graduação sem ter base, ou tendo pouca base acadêmica para ministrar sobre o assunto é contribuir para que a lei não seja efetivada nos ambientes escolares.

Aos profissionais já formados é preciso oferecer a eles formação continuada para que possam se capacitar e oferecer aulas aos seus alunos sobre os conteúdos da história e a cultura afro-brasileira e africana. Como é possível notar no artigo “Pesquisando atividades sobre a lei 10.639/03 desenvolvidas por docentes de História do Ensino Fundamental”, publicado em 2014, dos autores Luiz Carlos de Albuquerque Filho, Antonio Constantino de Barros Neto e Auxiliadora Maria Martins da Silva, em que a pesquisa revelou que os professores das escolas municipais de ensino de Recife participam de um grupo de formação continuada, o GT-ERÊ, Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Racial, em encontro mensais os docentes discutem assuntos sobre questões étnico-raciais.

Eudócia de Fátima de Castro realizou uma pesquisa em uma escola de Ensino Fundamental I, na região metropolitana de Curitiba. O relato da pesquisa consta no artigo “A contribuição da lei 10.639/03 na formação continuada dos educadores para uma educação antirracista”, de 2015. A pesquisa consistia na resposta de um questionário, no qual 16 professores de diversas disciplinas do Ensino Básico participaram. Uma das perguntas indagavam se os professores já tinham participado de alguma capacitação sobre a temática da diversidade racial, dos 16 professores que responderam ao questionário nove confirmaram já ter feito. Isso demonstra que mais professores precisam olhar com seriedade para a lei e para o assunto que ela aborda, e buscar se comprometer em ofertar uma educação voltada para a

questão étnico-racial, visto que a lei torna essa temática um assunto obrigatório em ser trabalhado em sala de aula, e não um conteúdo que fica a critério do corpo docente como opção de ser trabalhado ou não.

Em ambos os artigos fica patente que a formação continuada demonstra ser uma ferramenta teórica que equipara os professores, tornando-se um aliado nas discussões sobre temáticas raciais. Contribui para oferecer ou acrescentar aos profissionais da educação conhecimentos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira. Isto posto, destaca-se a importância de ofertar aos professores curso de capacitação, pois:

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos (VEIGA, 2002, p. 4).

É de responsabilidade das prefeituras e dos Estados brasileiros ofertar aos professores formação continuada, para que estes possam estar capacitados a ministrar aulas sobre a temática afro-brasileira e africana. Além disso, os órgãos públicos precisam disponibilizar materiais didáticos para que os docentes possam ter fontes, instrumentos pedagógicos para se fazer cumprir a lei. Esses investimentos e recursos são de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que precisa amparar a escola, fornecendo a estas condições de efetivar a prática da Lei 10.639/03.

Segundo o pesquisador da UERJ, Cristiano Sant'anna, em uma entrevista ao Canal Futura realizada em 22 de julho de 2014, disponível na plataforma do youtube, muitas escolas ainda não trabalham e nem falam a respeito da Lei 10.639/03, de acordo com ele isso pode ser fruto de um preconceito. Alguns profissionais da área da educação acreditam que ministrar aulas sobre a cultura africana e afro-brasileira significa trabalhar com “macumba”, termo pejorativamente utilizado para se referir às crenças de origens africanas. Assim, muitos docentes não lecionam sobre o assunto por terem preconceito, ou fazem de forma estereotipada, abordando sempre o povo negro sob o aspecto da escravidão. O profissional da educação também tem responsabilidade sobre a efetivação da lei nos espaços escolares, por isso cabe a ele buscar se informar sobre a história e a cultura do povo negro, podendo assim fugir da ignorância.

Humberto Adami Santos Junior, membro do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA), moveu ações contra vários estados e municípios brasileiros, com o objetivo de verificar se a Lei 10.639/03 estava sendo cumprida. Constatou-se que há uma falta de gerenciamento dos recursos financeiros repassados pelo MEC, uma resistência de alguns

profissionais da educação, pautada no racismo. Na entrevista concedida ao Canal Futura, disponível no youtube, Humberto Adami Santos Junior salientou que cabe aos profissionais da educação o cumprimento da legislação, visto que ela torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, assim é o dever do professor ministrar sobre esses conteúdos em sala de aula.

5 A IMPORTÂNCIA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA NO ENSINO

Diante a importância de ofertar conteúdos didáticos que contemple a determinação da lei 10.639/2003 é necessário que o docente busque organizar as suas aulas. E para tal fato a sequência didática é uma ótima ferramenta, pois auxilia o professor na formação do seu trabalho pedagógico, assim, ao se planejar um conteúdo que será aplicado por etapas, o processo de ensino e aprendizagem pode se tornar mais eficiente. Ao escolher um tema e o material que será utilizado nas aulas, o professor se prepara, prevendo o que será e como será discutido e ministrado. A sequência didática é uma ferramenta utilizada pelo professor no qual o possibilita delimitar o que será ensinado e quais objetivos pretende alcançar.

De acordo com Dolz e Schneuwly (2004) as sequências didáticas funcionam como um instrumento, e podem guiar os professores, propiciando intervenções sociais. Perante o exposto, tendo consciência de que o Brasil é um país de diversidade étnica e cultural, o trabalho pedagógico precisa propiciar aulas que aborde temas que valorize a diversidade presente na nossa nação, assim a temática das minorias, que há muito tempo foi negada, é fundamental estar presente no ambiente escolar.

Quando o professor planeja suas aulas, monta uma sequência didática que atenda a essa ideologia, seus alunos têm acesso a um conhecimento que permite combater a ignorância e a intolerância existente na sociedade brasileira. O que acontece com certa frequência nas escolas é a falta ou pouca transmissão dos saberes relacionados à história, cultura afro-brasileira e africana. Assim a etnia e a cultura desses povos acabam se tornando o outro, o desconhecido, por mais que seja um povo presente no Brasil desde a época colonial, no entanto, quase nada se sabe sobre eles, pois é um conhecimento negado, proibido. No momento em que se passa a aprender sobre o outro, sobre o desconhecido é possível quebrar as barreiras da ignorância e da intolerância. Isto posto, a escola pode se tornar um lugar que propicie “ [...] a qualidade de conviver com o diferente. Com o *diferente*, não com o *inferior*” (FREIRE, 2014, p. 26 grifos do autor).

Ao aplicar em sala de aula uma sequência didática que aborda sobre a diversidade cultural e racial, o docente contribui para a implementação e efetivação da Lei 10.639/03 no ambiente escolar. Essa postura democrática do docente garante aos alunos acesso a um conhecimento que é deles por direito, visto que é algo previsto por lei. O conhecimento sobre os povos afro-brasileiros e africanos, etnias que também são responsáveis pela formação social, econômica e cultural do Brasil, oferece aos discentes a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre a realidade histórica e cultural da nação brasileira, além de contribuir para combater o racismo.

O currículo escolar não é neutro, ele é construído e pensado para privilegiar uma parcela da sociedade, a classe dominante. Segundo Silva (2010) a escola transmite a ideologia por meio do currículo, através das matérias escolares. Esse é um sistema pensado em manter o *status quo* “[...] a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar” (SILVA, 2010, p. 32). Diante do exposto, uma sequência didática antirracista contribui para desconstruir o currículo da ideologia dominante e, por conseguinte, ofertar uma educação que atua como resistência ao sistema opressor e racista que molda a sociedade brasileira.

Ao representar a trajetória do povo marginalizado e expor os saberes construídos por eles, constrói-se alicerces teóricos para se contrapor a ideia de que apenas os conhecimentos produzidos historicamente pelo povo europeu são acadêmicos, científicos. Gomes (2019) discursa sobre as linhas de produção do saber, o que é produzido na linha Norte e o que é produzido na linha Sul, esta representa o povo e a nação colonizada, que muitas vezes sofre a dominação e a imposição dos conhecimentos históricos produzidos pelo colonizador (linha norte). A educação que quebra com esse paradigma privilegia o conhecimento, os valores e a cultura dos povos marginalizados, tornando-se assim democrática.

A sequência didática que se compromete em falar e representar os povos que foram escravizados coopera muito para a formação acadêmica dos alunos, pois constitui-se em uma educação voltada para a prática da liberdade, da criticidade e da emancipação (FREIRE, 1967). Além disso, o corpo docente assume a postura política de repensar a conduta da escola, descolonizar os currículos e os conhecimentos (GOMES, 2019).

As atividades escolares que visam abordar sobre as questões étnico-raciais podem ser um recurso, uma ferramenta para os docentes se inspirarem e desenvolverem conteúdos e exercícios para seus alunos. Aos professores que ainda não têm conhecimento sobre a Lei

10.639/03 e que ainda não fizeram uma formação continuada que os capacitasse para trabalhar com a temática em sala de aula, é uma oportunidade de buscar se informar sobre o assunto, saindo assim da ignorância, e podendo garantir a seus alunos uma educação de resistência e antirracista.

6 PROPOSTA DE ENSINO

A sequência didática que apresentaremos tem por objetivo propor um ensino que contribua para a desconstrução do preconceito étnico-racial presente na sociedade brasileira. Assim, para se desenvolver a temática, os gêneros poema, música, tirinha e uma obra de ficção apresentam-se como suporte para o trabalho pedagógico proposto.

O poema sugerido é “Encontrei Minhas Origens”, de Oliveira Silveira, a música escolhida é Olhos Coloridos de Sandra de Sá e o livro é *Reinações de Narizinho* de Monteiro Lobato que seguem:

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
..... livros
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minhas origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras
..... cantos
em furiosos tambores
..... ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei
(SILVEIRA, 1981, p. 136)

Os meus olhos coloridos
Me fazem refletir
Eu estou sempre na minha
E não posso mais fugir
Meu cabelo enrolado
Todos querem imitar
Eles estão baratinados
Também querem enrolar

Você ri da minha roupa (ri da minha roupa)
 Você ri do meu cabelo (ri do meu cabelo)
 Você ri da minha pele (ri da minha pele)
 Você ri do meu sorriso
 A verdade é que você (todo o brasileiro)
 Tem sangue crioulo
 Tem cabelo duro
 Sarará crioulo
 Sarará crioulo, sarará crioulo, sarará
 Sarará crioulo, sarará
 Sarará crioulo
 Sarará crioulo
 (SANDRA DE SÁ, 1995, CD, Faixa 9)

Numa casinha branca, lá no sítio do Pica-pau Amarelo, mora uma velha de mais de sessenta anos. Chama-se dona Benta. Quem passa pela estrada e a vê na varanda, de cestinha de costura ao colo e óculos de ouro na ponta do nariz, segue seu caminho pensando: — Que tristeza viver assim tão sozinha neste deserto... Mas engana-se. Dona Benta é a mais feliz das vovós, porque vive em companhia da mais encantadora das netas — Lúcia, a menina do narizinho arrebitado, ou Narizinho como todos dizem. Narizinho tem sete anos, é morena como jambo, gosta muito de pipoca e já sabe fazer uns bolinhos de polvilho bem gostosos. Na casa ainda existem duas pessoas — tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequena, e Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo. Emília foi feita por tia Nastácia, com olhos de retrós preto e sobrancelhas tão lá em cima que é ver uma bruxa. Apesar disso Narizinho gosta muito dela; não almoça nem janta sem a ter ao lado, nem se deita sem primeiro acomodá-la numa redinha entre dois pés de cadeira. Além da boneca, o outro encanto da menina é o ribeirão que passa pelos fundos do pomar. Suas águas, muito apressadinhas e mexeriqueiras, correm por entre pedras negras de limo, que Lúcia chama as “tias Nastácias do rio”. Todas as tardes Lúcia toma a boneca e vai passear à beira d’água, onde se senta na raiz dum velho ingazeiro para dar farelo de pão aos lambaris. Não há peixe do rio que a não conheça; assim que ela aparece, todos acodem numa grande fome. Os mais miúdos chegam pertinho; os graúdos parece que desconfiam da boneca, pois ficam ressabiados, a espiar de longe. E nesse divertimento leva a menina horas, até que tia Nastácia apareça no portão do pomar e grite na sua voz sossegada: — Narizinho, vovó está chamando!... (LOBATO, 1960, p. 01)

O intuito da sequência didática é colaborar para uma formação humanística, que proporcione aos alunos um aprendizado que os leve a refletir de forma crítica a estrutura racial do Brasil. Transpondo-os a um conhecimento que os ensine a identificar e repudiar o racismo. Aos alunos afrodescendentes, que os permita construir uma identidade positiva com suas origens.

6.1 Processo didático

Disciplina	Língua Portuguesa
Público alvo	6º ano do Ensino Fundamental I.
Conteúdo	Abordar as questões étnico-raciais.

Nº de aulas	08 aulas de 50 minutos cada.
Gênero textual	Poema, música e tirinha.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ● Contribuir para a construção positiva da identidade do aluno afrodescendente através da literatura. ● Apresentar uma breve contextualização da história e cultura do povo afro-brasileiro e africano. ● Atender a obrigatoriedade da lei 10.639/03 em salas de aulas. ● Oferecer um ensino menos eurocêntrico. ● Apresentar concepções positivas sobre o povo negro.
Método avaliativo	<p>Diagnóstica: Através dos diálogos estabelecidos nas primeiras aulas o docente avaliará quais os conhecimentos de mundo que os alunos têm a respeito da história e cultura afro-brasileira.</p> <p>Formativa: Ao solicitar que os estudantes escrevam um poema e façam um desenho, ambos com temática étnico-racial, o professor(a) avaliará como anda o processo de ensino-aprendizagem, quanto à maneira que se está construindo a percepção das crianças sobre o povo negro.</p> <p>Somativa: Ao final da sequência didática, o docente avaliará a concepção dos alunos sobre o que é ser negro. Essa avaliação é a soma de todas as outras, por meio da escrita do poema, do desenho solicitado e da participação da turma na feitoria e divulgação do mural para a exposição dos trabalhos desenvolvidos, o professor (a) perceberá qual é o sentimento do aluno diante das atividades desenvolvidas e qual é o sentimento deles diante do tema da negritude.</p>
Recursos materiais	Quadro branco, pincéis para quadro branco, projetor multimídia, caixa de som, textos impressos, mural.

6.2 Sequência didática

1º Momento: 01 aula

No momento inicial o professor (a) irá dialogar com os discentes introduzindo a origem do povo afro-brasileiro. Direcionando perguntas como; de qual lugar veio o povo negro? Como e quando chegaram os primeiros povos aqui no Brasil? Quem da sala é descendente desse povo? Após esse ato, fará a seguinte dinâmica:

1. Pedir para a turma sentar em círculo, logo depois, iniciar a leitura do poema *Encontrei minhas origens* de Oliveira Silveira. Essa leitura será feita pelo professor (a);
2. Após a leitura, questionar os alunos se o texto lido tem algo em comum com o que havia sido debatido anteriormente, ou seja, se ele se refere à origem de algum povo;
3. Pedir aos discentes que citem pessoas negras importantes na sociedade brasileira;
4. Apresentar aos alunos um pouco da vida do poeta brasileiro Oliveira Silveira, que foi homem negro, formado em Letras, morava no Estado do Rio Grande do Sul, militava no Movimento Negro e foi um dos fundadores do Grupo Palmares.

Ofertar aos discentes a oportunidade de conhecer pessoas negras que desenvolveram ou desenvolvem algo importante para a sociedade é uma forma de desconstruir o estereótipo de que preto é tudo ladrão, bandido e preguiçoso.

2º Momento: 2 aulas

Nessa próxima etapa o professor (a) irá explicar aos alunos o que é um poema. Informar que é um texto escrito na forma vertical, isto é, uma frase (verso) embaixo da outra. Depois da explicação sobre a estrutura do poema, dedicar o restante da aula para que eles produzam um poema, com base na temática ministrada na aula anterior. O tema sugerido para a produção é a origem do povo afro-brasileiro. O texto deverá conter informações como: de onde vieram, como chegaram aqui no Brasil e como vive hoje o povo afrodescendente.

3º Momento: 01 aula

No primeiro momento da aula o docente irá recolher as produções textuais solicitadas na aula anterior. Em seguida, colocará a turma para ouvir a música “Olhos Coloridos”, de Sandra de Sá, nessa etapa o professor (a) poderá levar os alunos para a sala de vídeo, caso tenha na escola, assim poderão assistir ao clipe da música. No entanto, caso essa opção não seja possível, uma caixinha de música poderá atender ao objetivo. Após o término da música o mediador abrirá um espaço para:

1. Apresentar um pouco sobre a vida da cantora Sandra de Sá. A artista é uma mulher negra, carioca, compositora, criou um grupo de artistas chamado Academia Afro-brasileira de Arte;
2. Discutir em trios sobre a letra da música. O professor (a) mediará a conversa, levantando questões que serão anotadas no quadro como: sobre qual povo a letra da canção se refere? O que sarará crioulo significa? Com base na letra da música é possível inferir que boa parte do povo brasileiro é afrodescendente? Para responder essa questão é interessante que o docente leve os dados do IBGE e disponibilize aos grupos de forma impressa;
3. Eleger um componente para apresentar à turma quais foram as conclusões que chegaram.

O objetivo de apresentar aos alunos as personalidades negras brasileiras é contribuir com a construção da representatividade positiva da etnia preta. A representação positiva é muito importante, pois é uma forte aliada na desconstrução dos estereótipos que foram implementados na formação individual de cada um através da literatura, das músicas, dos programas televisivos, entre outros.

4º Momento: 01 aula

O ponto inicial dessa aula será o professor retomar os assuntos que foram debatidos nas aulas anteriores. Após finalizar essa primeira etapa trabalhar com eles a tirinha do personagem Armandinho, da autoria de Alexandre Beck.



(Fonte: <https://ponte.org/me-senti-intimidado-diz-alexandre-beck-autor-de-tirinha-que-incomodou-a-pm/>)

Com base na leitura da tirinha acima dialogue com os alunos sobre o que é ser negro no Brasil. Levar questões como: o negro vive de forma tranquila no Brasil, sem sofrer nenhum tipo de violência verbal ou física? O negro se sente respeitado, valorizado e representado? Em

seguida, peça para que os alunos façam um desenho que represente o cotidiano de uma pessoa negra.

O intuito da atividade é o docente ter uma noção de como as crianças veem a situação do negro no Brasil. No caso das crianças afrodescendentes, observar se elas conseguem se identificar como tal e representar isso em um desenho.

5º Momento: 01 aula

Nessa aula será apresentado ao aluno o escritor Monteiro Lobato, após uma breve informação sobre a vida do criador da Emília, a boneca de pano, em uma roda, leiam o livro *Reinações de Narizinho*, cada aluno lê uma parte, até a página 20. Após a leitura, o professor (a) fará uma retomada nos textos trabalhados nas aulas anteriores, o poema, a música e a tirinha. E a partir daí analisará junto com a turma a maneira como os personagens negros são representados nessas obras.

O objetivo dessa aula é levar o aluno a perceber que o negro pode ser representado de uma forma positiva em um texto e em outro não. A leitura não pode ser mecânica, ela precisa ser crítica, essa é a melhor maneira de se formar leitores, quando eles conseguem perceber as ideologias presentes nos textos é sinal de que a educação está voltada para a criticidade e não para a alienação.

6º Momento: 02 aulas

No início da aula o docente entregará os poemas escritos pelos alunos. Nessa atividade o professor (a) terá por objetivo avaliar se os alunos conseguiram entender o que é um poema, a parte estrutural do texto. Analisar qual a visão de mundo do aluno sobre a etnia preta – se é pautado em estereótipos negativos ou não. Após a entrega dos textos solicitar que eles façam uma reescrita, assim essa aula será disponibilizada para os alunos realizarem essa tarefa.

É muito importante que os trabalhos produzidos em sala de aula ganhem certa circulação, que não fiquem apenas na mão do professor (a) e do estudante. O aluno fica muito motivado quando o trabalho desenvolvido por ele ganha certa notoriedade e outras pessoas podem ter acesso. Por isso, proponho que se faça um mural em algum lugar da escola, de preferência em um local de alta visibilidade, para expor os poemas e os desenhos dos alunos. Essa é uma maneira de dar certa notoriedade e credibilidade ao trabalho dos discentes, não só deles, mas também do professor (a), que se dedicou, pesquisou e estudou uma forma de fazer

as aulas serem interessantes para os alunos. E nesse caso, debruçou-se em ofertar ao aluno aulas com um conteúdo que há muito tempo foi negado. Por isso, o trabalho do docente também precisa ser visto e valorizado e que possa servir de inspiração para outros colegas de profissão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino brasileiro, durante muito tempo, pautou o seu currículo apenas a representar e a valorizar a história e cultura europeia. Nos bancos escolares, os pensadores mais estudados e pesquisados foram os homens europeus, os que estavam fora desse eixo eram pouco vistos ou nem isso. A falta de representatividade dos negros, ou a presença dela de forma negativa, nos livros didáticos e na literatura brasileira, reforçam o sentimento de que tudo de origem africana é ruim, nessa perspectiva, ser negro não é motivo de orgulho.

A falta de conhecimento da história e da cultura dos povos afro-brasileiros e africanos gera uma ignorância que perpetua o desgosto em relação ao povo negro. Isso contribui para incentivar a ideologia de branqueamento da sociedade brasileira, que ao negar suas raízes busca tornar-se branco, assim adotam formas de se parecer com a etnia dominante. No século XIX, com o conceito de raça em vigor, a espécie humana foi dividida em raças desiguais (branca, amarela e preta) e foi confiada à raça branca, a nomeada superior, a delegação de unir o mundo segundo os seus valores (MUNANGA,1990).

A escola tem desempenhado um papel muito importante diante do cenário da desigualdade racial da sociedade brasileira, ao buscar fugir do currículo etnocêntrico, ela ganha um caráter mais inclusivo e mais democrático. Essa postura política de algumas escolas é reflexo das resistentes lutas do Movimento Negro do Brasil, que conquistou a sanção da Lei 10.639/2003. A partir dela as escolas do setor público e privado, do Ensino Fundamental e Médio, tornam-se obrigadas a abordar a história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros.

Após 18 anos da aprovação da lei, ainda há muitas dificuldades que permeiam a aplicação dela nas salas de aulas. Os cursos de licenciatura precisam estar engajados, capacitando os futuros docentes para trabalharem a temática, porém, em muitas Instituições as disciplinas de conteúdos afro-brasileiro e africano ainda são ofertadas de forma optativa – quando são – assim nem todos saem da licenciatura preparados.

Outro ponto é a formação continuada, há pouco investimento dos órgãos públicos para a oferta de curso para professores já formados, com isso há muitos docentes em sala de aula

que não têm conhecimento nenhum sobre a História e a cultura do povo afro-brasileiro e africano, dessa forma o profissional fica inapto a trabalhar com seus alunos a temática.

O preconceito que transpassa toda a sociedade brasileira também afeta os profissionais da educação. Incentivados pela ignorância, recusam-se a trabalhar sobre a temática por acreditarem que as fontes de origem africana são da 'macumba' ou são coisas ruins. Desse modo, se esses profissionais não conseguirem vencer o preconceito que habita em si, então não conseguirão combater o racismo nos ambientes escolares, contribuindo para a manutenção do *status quo*.

O conhecimento da lei e a percepção de sua importância nos levaram a pesquisar e a estudar sobre essa temática. Esse assunto é de extrema relevância para todos os profissionais da educação, ou melhor, para todos os cidadãos brasileiros, pois é um conteúdo que diz respeito à sociedade. A Lei 10.639/2003 é um caminho que possibilita a sociedade brasileira a lutar contra a desigualdade social, que por meio da propagação dos conhecimentos que há muitos anos foram negados, pode combater o racismo. E é nesse ponto que a literatura ganha um grande destaque, pois ela ganha um papel que possibilita romper paradigmas.

Como já foi exposto anteriormente, a literatura brasileira reforçou todo o estereótipo sobre o povo negro, por isso é interessante buscar por meio dessa arte construir uma representação positiva da etnia negra. Acreditamos que “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2011, p. 177). Para além disso, reconhecemos que o aluno tem o direito ao acesso à arte literária, esse é um direito universal, portanto, não podemos negar esse direito ao estudante, que por meio da literatura pode se tornar mais humano (CANDIDO, 2011).

Isto posto, a elaboração da sequência didática buscou ofertar um ensino que contribua para a representação e a valorização da diversidade étnica e cultural presente no Brasil, fugindo do monopólio da educação etnocêntrica. Diante disso, foi elaborado um plano de aula que se pautou nos gêneros textuais: poema, música, tirinha e fantasia para desenvolver um conteúdo que demonstre a origem do povo negro, a história e a cultura. E que ensine aos alunos a ter um olhar crítico sobre a situação social do negro, desse modo, terão condições de se posicionar contra a desigualdade racial que permeia a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 14 ago de 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CRUZ, Maria Teresa. ‘Me senti intimidado’, diz Alexandre Beck, autor de tirinha que incomodou a PM, **Ponte**, 19 nov. 2018. Entrevista. Disponível em: <<https://ponte.org/me-senti-intimidado-diz-alexandre-beck-autor-de-tirinha-que-incomodou-a-pm/>>. Acesso em: 17 de março de 2021.

CANDIDO, Antônio. **O Direito à Literatura.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASTRO, Eudocia de Fátima de. A contribuição da lei 10.639/03 na formação continuada dos educadores para uma educação anti-racista. Curitiba. 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/50776>. Acesso em: 20 out de 2020.

DALCASTAGNÉ, Regina. “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul-dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2123/1687>>. Acesso em: 06 nov de 2020.

ENSINO DA cultura afro-brasileira nas escolas. Reportagem de Dani Moura. Produção do Jornal Futura, 22 jul. 2014. 1 vídeo (04min41s), publicado no Canal Futura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ecGAul4Vg58&t=206s>>. Acesso em: 06 nov de 2020.

FILHO, L.C.L.A *et al.* **Pesquisando atividades sobre a lei 10.639/03 desenvolvidas por docentes de História do Ensino Fundamental.** 2014. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39399/2407696/FILHO%3B+BARROS+NETO%3B+SILVA+-+2014.1.pdf/aaa5bf8b-53c5-45e7-891a-c6298767e2eb>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância.** 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Exemplar n. 1405, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48 ed. Recife: Global editora, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** 4 rd. ed., Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 2019.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.1, p.77-89, jan-abr. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000100006>> Acesso em: 24 jan de 2021.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. 2 ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. 10 ed. Brasiliense Ltda, 1960.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 33, p. 109-117, 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111217>. Acesso em: 18 mar de 2021.

O PROTAGONISMO negro na literatura infantil. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1hor36min40s). Publicado no canal Fatum Virtual. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=IMEhjEyzpKc>>. Acesso em: 18 fev. de 2021.

PEREIRA, Amilcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” **Cadernos de História**, PUC Minas, v. 12, n. 17, p. 25-45, out. 2011.

SÁ, Sandra. **Olhos coloridos**. [São Paulo]: Som livre, 1995. CD, faixa 9 (4min 47s). Disponível em: [Olhos Coloridos - Sandra de Sá - LETRAS.MUS.BR](http://www.lettras.usp.br/letras/musica/olhos-coloridos-sandra-de-sa) Acesso em :16 mar de 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3 ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

SILVA, Afrânio *et al.* **Sociologia em movimento**. 1 ed., São Paulo: Moderna, 2013.

SILVEIRA, Daniel. Em sete anos, aumenta em 32% a população que se declara preta no Brasil. **G1. Globo**. 20 maio de 2019. Seção de Notícia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/22/em-sete-anos-aumenta-em-32percent-a-populacao-que-se-declara-preta-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2020.

SILVEIRA, Oliveira. Encontrei minhas origens. **Literafro o Portal de literatura afro-brasileira**, 09 fev. 2018. Textos dos autores. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/11-textos-dos-autores/849-oliveira-silveira-encontrei-minhas-origens>. Acesso em: 16 de mar de 2021.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 1 ed., Campinas: Mercado das Letras, 2004.

TOMAIM, V. R. R.; TOMAIM, C. S. O professor e as relações étnico-raciais: os desafios e as contribuições da Lei nº 10.639/2003. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 7, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9255>. Acesso em: 10 nov. de 2020.

VEIGA, Ilma Passos. **O projeto político-pedagógico e a gestão da escola: uma construção possível**. 7ª ed. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1998.